

## Sobre G-7 e Avalanches Pandêmicas

*Santiago Alcázar e Paulo Marchiori Buss*

O dicionário *Houaiss* define o substantivo feminino *avalanche* como queda rápida, intensa e violenta de grandes massas de neve que se encontram nos declives de montanhas.

Em 1971, o preço do envolvimento norte-americano na guerra do Vietnã havia se tornado caro. Dívida interna, desemprego e inflação ocupavam as manchetes e preocupavam economistas e políticos. O sólido sistema de Bretton Woods, criado para garantir taxas de câmbio estáveis, desvalorizações monetárias competitivas e promover crescimento econômico, parecia se desfazer. Aquele sistema, como se recordará, estabelecia que os pagamentos internacionais podiam ser efetivados em dólar, convertíveis em ouro, à taxa fixa de 35 dólares por onça.<sup>1</sup> O governo norte-americano garantia a conversão.

Logo após o fim da Segunda Guerra, os EUA detinham mais da metade mundial das reservas de ouro. A economia também era mais da metade da soma de todas as outras. A reconstrução dos países devastados pela guerra reclamava aço, maquinarias, equipamentos e automóveis, produzidos nos EUA. O negócio era bom e o dólar se fortalecia. Mais tarde, quando a reconstrução já havia se consolidado, o negócio já não era bom para os outros países. Dizia-se, à época, que custava alguns centavos para que o Bureau of Engraving and Printing (a autoridade responsável

---

<sup>1</sup> Uma onça equivale a 28,35 gramas.

pela fabricação do papel-moeda) fizesse uma nota de 100 dólares, mas para os outros custava realmente 100 dólares em bens tangíveis.

Em 1971, balanço de pagamentos negativo, dívida pública em ascensão e inflação tiveram por efeito a sobrevalorização do dólar, o que significa que os outros tiveram que pagar muito mais pelos mesmos produtos norte-americanos. A consequência foi uma corrida ao ouro, iniciada pelo presidente Charles de Gaulle e logo seguida pelos outros.

As reservas norte-americanas em ouro caíam à medida que as dos outros aumentavam. Em um primeiro momento, os outros não quiseram valorizar as suas respectivas moedas, porque assim prejudicariam as suas exportações. Os EUA, ao contrário, não queriam desvalorizar, pois isso poderia afetar a imagem e a credibilidade do país. As pressões foram aumentando, até se tornarem insuportáveis.

No fatídico mês de agosto de 1971, o presidente Richard Nixon anunciou que os EUA suspendiam a conversibilidade do dólar em ouro. O resultado foi uma desvalorização do dólar e uma valorização das outras moedas. A decisão, unilateral, evaporou o sistema de Bretton Woods. Os eventos que levariam à avalanche haviam começado.

A desvalorização do dólar favorecia as exportações norte-americanas, mas causava prejuízo ao comércio realizado em dólar – petróleo, por exemplo. Os países árabes viram os seus rendimentos encolhendo a olhos vistos. O mal-estar contra os EUA tornava-se visível. Aumentou ainda mais com o apoio a Israel durante a Guerra de Yom Kippur. A primeira crise do petróleo foi a resposta dos países árabes à convergência daqueles dois fatores. O preço do petróleo quadruplicou. O efeito na economia global foi violento. Como o de uma avalanche.

Em 1975, as seis principais economias do mundo se reuniram para coordenar as ações resultantes daquela primeira crise do petróleo, bem como para prevenir futuras crises. Um ano mais tarde, em 1976, o Canadá se juntaria àquele grupo. Nascia assim o G-7.

Para grandes problemas, grandes soluções, parecia ser o lema que animou aquele encontro de líderes que detinham o poder de enfrentar desafios e tempestades.

Foi assim na crise financeira de 2007/2008, quando o G-7, reunido em outubro de 2008, em Washington, soltou comunicado conjunto, segundo o qual o Grupo faria tudo o que fosse preciso para salvar os bancos (G7 Research Group, 2008). As medidas propostas no comunicado equivalem ao que se poderia interpretar como efetiva nacionalização, ainda que não caracterizada dessa maneira por conta das dificuldades políticas que poderiam advir de associá-las a algum ideário socialista. Para situações excepcionais, medidas excepcionais, parecia rezar a nova norma, ainda que para tanto fosse necessário dar a impressão, equivocada, claro, de que se abraçavam outras bandeiras.

Hoje, mais de 18 meses após a declaração oficial da Covid-19 como pandemia, vivem-se tempos excepcionais. As medidas pensadas, formuladas e postas em marcha, no entanto, têm sido tudo, menos fora do comum. A pandemia da Covid-19, é triste dizê-lo, deixou à mostra a mediocridade da resposta política em geral, mas do G-7 em particular.

Sabe-se, à exaustão, que a pandemia teve impacto devastador em todas as áreas, em todo o mundo. Houve redução das atividades econômicas, puxando para cima o desemprego, principalmente no setor informal. A pobreza e a fome aumentaram, os sistemas de saúde e de proteção social falharam, as iniquidades explodiram e levaram pelos ares o racismo, a xenofobia, a intolerância e o ódio, entre outros fragmentos da desumanização.

Em um dia do já longínquo ano de 2015, os líderes do mundo se reuniram e determinaram algo singular. “Hoje”, disseram, “tomamos uma decisão de enorme significado histórico. Resolvemos criar um futuro melhor para todos”.<sup>2</sup> A Agenda 2030 e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que acordaram então, seriam os instrumentos para levar adiante tamanho propósito que, para alguns, num primeiro momento, lembrava as incursões de Dom Quixote contra moinhos de vento.

A Agenda 2030 e os ODS, entretanto, foram se assentando, consolidando e finalmente aceitos nos corações e mentes da comunidade internacional, que não perde ocasião para reiterar os seus valores e defender os seus princípios como realidades possíveis. A Agenda 2030, diziam, é o único mapa de caminho para sair da crise e conquistar um mundo melhor. O otimismo era grande, e todos eram Dom Quixote.

As dificuldades foram surgindo, pequenas e grandes. Os moinhos de vento não eram de vento, eram desafios gigantes, descomunais. Erradicar a pobreza, fome zero, educação para todos e para sempre, saúde universal e encolhimento das iniquidades dentro dos países e entre eles são apenas algumas das batalhas que haveria pela frente. As metas começaram a ficar para trás, e o que fora aceito por corações e mentes começou a se descolar, mais facilmente pelo lado dos corações do que pelo lado das mentes. Os discursos, afinal, continuavam a entoar loas aos predicados da Agenda e os seus ODS.

Quando veio a pandemia, vieram o horror e a certeza de que não se tinha feito o suficiente, pois todos os ODS que já estavam aquém das metas propostas e aceitas estavam agora regredindo, como se a corrida agora fosse para trás e não para a frente. Em todos os documentos que emanaram de todos os foros – da Assembleia Geral das Nações Unidas, do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N15/291/89/PDF/N1529189.pdf?OpenElement>>.

Social e do Secretariado, do G-77, do Movimento de Países Não Alinhados e do G-20 – a mensagem era, no entanto, a mesma: a Agenda 2030 é o mapa de caminho para a saída da crise. As mentes pareciam de acordo e associadas àquele propósito descomunal. O coração, não. Como explicar, então, o descompasso comprometedor entre o que fora acordado e o que fora realizado? A vontade política, com efeito, sempre pareceu pequena, ocupada que estava certamente com mediocridades inadiáveis e orçamentos minguantes. Muitos terão dito *sotto voce*, em seus corações: teria sido mais prudente 2050, ou mais adiante.

Em todo caso, foi ficando evidente que descompasso havia. Nenhum dos membros do G-7 comprometeu-se a redobrar ou triplicar os esforços (leia-se dobrar ou triplicar o financiamento) para reverter as perdas e garantir que os ODS seriam todos alcançados na data marcada. Nunca ficou claro, por sinal, a quem caberia pagar a conta, uma vez que os mais necessitados, era óbvio, não teriam como mudar o eixo ou os paradigmas do mundo.

No encaicho do avanço da pandemia, vieram as vacinas salvadoras que as ciências fizeram possível com recursos públicos e as farmacêuticas, o impossível para torná-las privadas. O açambarcamento delas por alguns países ricos parecia repetir o açambarcamento de máscaras, ventiladores e equipamentos de proteção individual que ocorrera em 2020, quando esses produtos eram os únicos que havia nas prateleiras para defesa contra a Covid-19. Era como se Pantagruel se antepusesse aos sonhos quixotescos de solidariedade e empatia, tão necessários quando o caldo entorna.

Sabia-se, e sabe-se, no entanto, que de todos os problemas urgentes, o que não podia, e não pode, ser adiado era, e é, pôr fim à pandemia. Todos os demais dependem de sua solução. Não é por nada que as economias de todo o mundo tiveram suas atividades reduzidas. A Covid-19, nesse contexto, pareceu sugar a energia necessária para resolver todos os outros problemas. Se a questão parecia imensa para as economias avançadas, quanto mais não seria para as economias menos desenvolvidas, sobrecarregadas em demasia com o encaminhamento de soluções para problemas imediatos do dia a dia.

A Cúpula do G-7, que se realizou de 11 a 13 de junho de 2021, em Carbis Bay, apresentava-se promissora. Dias antes, no início daquele mês, os chefes do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) fizeram um chamado conjunto ([Georgieva et al., 2021](#)), pelo qual recomendavam investimentos de 50 bilhões de dólares para aumentar a capacidade de produção, da oferta, dos fluxos de comércio e de entrega – com vistas a acelerar a distribuição equitativa de diagnósticos, oxigênio, equipamentos hospitalares, medicamentos de suporte e vacinas. Segundo análise do FMI, aquele investimento de 50 bilhões de dólares geraria retorno de 9 trilhões de dólares para a economia global.

O investimento proposto pelos diretores garantiria imunizar 40% da população mundial ainda em 2021 e 60% até o final do primeiro semestre de 2022. Para tanto, seriam disponibilizados 11 bilhões de doses.

O chamamento dos quatro chefes se fazia num ponto crítico da pandemia, um dia após a conclusão da 74ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde, dez dias depois da Cúpula do G-20 sobre saúde global e dez dias antes da Cúpula do G-7.

Ademais daquela chamada para investir, debatia-se no seio da OMC proposta de suspensão temporária das patentes (Chamas, 2021). A proposta, como se sabe, converge para o chamamento dos quatro chefes no sentido de facilitar o aumento da capacidade de produção e distribuição de tudo aquilo que é necessário para subjugar a pandemia e que, por coincidência, encontra-se protegido por patentes.

O tema da mudança climática era outro tema crucial a ser considerado pelo G-7 em Carbis Bay, sobretudo em razão da realização da 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas, de 31 de outubro a 12 de novembro, em Glasgow.

Não há, em realidade, temas mais urgentes que esses já mencionados na atual conjuntura. Esperava-se que o G-7 estivesse à altura, como nas duas crises do petróleo, em 1973 e 1978, ou na crise financeira, de 2007/2008. Não foi o que se viu.

Reunidos na capital verde do Reino Unido, os líderes das sete maiores economias do mundo não deram seguimento à proposta dos quatro chefes, que sequer foi mencionada, não obstante o impacto positivo que supostamente teria sobre a economia global. Com relação à proposta de acelerar a imunização global, para a qual seriam necessários 11 bilhões de doses até o final do primeiro semestre de 2022, os líderes do G-7 preferiam atrelar-se à promessa de doar 870 milhões (Group of 7, 2021a).<sup>3</sup> O que mais incomoda na promessa não é tanto o número, pequeno diante da necessidade, mas o fato de resultar de uma aparente contabilidade de estoques. Promete-se o que sobra, sem necessidade de realizar mudanças. Não se compromete com mudanças, como se fosse possível cumprir a decisão radical de criar um futuro melhor para todos, como figura na Agenda 2030, sem nada mudar. Em última análise, o significado da mensagem do G-7 com respeito a vacinas parece clara: mudanças adjetivas, sim; mudanças substantivas, não.

O G-7 tampouco fez referência à proposta de suspensão temporária de patentes, limitando-se a observar o impacto positivo de licenciamentos voluntários e de transferência de tecnologias no aumento da capacidade de produção de vacinas<sup>4</sup> e a reiterar o valor do Acordo Trips. O problema, no entanto, é que aquele instrumento internacional inclui em sua normativa a ocorrência de emergências

---

<sup>3</sup> Ver parágrafo 9 do comunicado final (Group of 7, 2021a).

<sup>4</sup> Ver parágrafo 12 daquele comunicado.

sanitárias, com impacto local, mas não de pandemias, com impacto global e profundamente desestruturante. Mesmo as flexibilidades mencionadas no acordo e reiteradas na declaração, bem como a emenda 31(f)bis,<sup>5</sup> não são suficientes para atender às demandas surgidas de uma pandemia como a da Covid-19. Não se trata de uma circunstância menor, que poderia em tese ser resolvida no âmbito da OMC. O debate sobre a suspensão temporária de patentes deveria ser alçado à Assembleia Geral das Nações Unidas, o foro político mais importante, mais democrático e inclusivo. E não deveria limitar-se a uma simples questão de suspensão temporária, mas deveria ser ousado o suficiente para incluir a possibilidade de mudar a arquitetura do comércio. É chegado o momento de saber se a decisão histórica de 2015, de criar um futuro melhor para todos, é para valer ou se é mais uma elucubração recheada de grandiosidades vazias que só servem para distrair e tranquilizar consciências eventualmente despertadas.

O G-7 foi ocasião para o lançamento do documento intitulado *Missão de 100 dias para responder a ameaças de pandemias* (Group of 7, 2021b). O documento relaciona medidas e ações que poderiam contribuir para uma resposta mais eficaz àquela que se viu com a Covid-19, como a instalação de uma rede mundial sofisticada para detectar emergências sanitárias potenciais, com capacidade de compartilhamento de dados em tempo real; instalação de centro capaz de diagnosticar a situação e guiar a intervenção da saúde pública; direcionar as atividades de P&D para produção de diagnósticos, medicamentos terapêuticos e vacinas; ampliar a capacidade da produção instalada; financiamento adequado. Os proponentes recomendam que todas essas ações, todas elas razoáveis, sejam possíveis em cem dias. Evidentemente que seria louvável que todos os países pudessem contar com o pessoal especializado necessário, assim como equipamentos e infraestrutura adequados, inclusive boa conexão de internet, para integrarem uma tal rede global. A proposta do G-7, no entanto, parece contentar-se em atacar os efeitos de uma pandemia e não as suas causas, que são complexas e envolvem a necessidade de se levar adiante a decisão histórica de criar um futuro melhor para todos.

Sobre mudanças climáticas, a principal crítica que se poderia fazer com relação ao resultado da Cúpula em Carbis Bay é a timidez da proposta de diminuir o uso de energias fósseis e, assim, diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Hoje, sabe-se que ter-se-á de ser mais ambicioso no estabelecimento de metas para evitar o aquecimento crítico de 1,5° C acima dos níveis pré-industriais. Tal como

---

<sup>5</sup> A emenda ao acordo trata da solução da questão de Estados-membros com insuficiente capacidade de produção para se beneficiarem de licenciamento compulsório. O artigo 31(f) do acordo limita aquele uso para o mercado doméstico. Os países com insuficiente capacidade não podiam, assim, recorrer a importações paralelas para se beneficiarem de eventual licenciamento compulsório. Por meio da emenda, conhecida como Artigo 31(f)bis, o Brasil pôde importar Efavirenz da Índia para o Programa de HIV/Aids. Mais tarde, mediante engenharia reversa, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) passou a produzir localmente aquele antirretroviral.

a Agenda 2030 e os ODS, os objetivos estabelecidos pelo Acordo de Paris sobre mudanças climáticas já estavam aquém do esperado antes da pandemia. Agora, o aumento em 16% das emissões de gases de efeito estufa é um claro sinal da falta de vontade política para levar adiante propostas que signifiquem mudanças profundas, como aquelas necessárias para a decisão de se criar um futuro melhor para todos.

Provavelmente, o ponto mais louvável da Cúpula do G7 tenha sido definir taxações nacionais e globais sobre atividades de multinacionais ao redor do planeta, incidindo principalmente nas grandes empresas de tecnologia digital.

Contudo, o G-7 parece não perceber a enormidade do impacto da Covid-19 sobre os países em desenvolvimento. Ademais de uma falha moral de proporções bíblicas, trata-se de falha cognitiva que pode levar todos, e não somente os países em desenvolvimento, ao desastre. Como uma avalanche que nada pode deter.

## REFERÊNCIAS

CHAMAS, C. Covid-19, Acordo Trips e flexibilidades. *Informe Cris-Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, 9: 73-78, 2021. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciet/47585/2/Informe%20CRIS%209-21%20Sa%c3%bade%20Global%20e%20Diplomacia%20da%20Sa%c3%bade.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2021.

G7 RESEARCH GROUP. G7/8 finance ministers meetings, 10 Oct. 2008. Disponível em: <[www.g7.utoronto.ca/finance/fm081010.htm](http://www.g7.utoronto.ca/finance/fm081010.htm)>. Acesso em: 28 set. 2021.

GEORGIEVA, K. et al. Opinion: Here's our plan to increase vaccine access and end the pandemic faster. *The Washington Post*, Washington, 31 May 2021. Disponível em: <[www.washingtonpost.com/opinions/2021/05/31/why-we-are-calling-new-commitment-vaccine-equity-defeating-pandemic/](http://www.washingtonpost.com/opinions/2021/05/31/why-we-are-calling-new-commitment-vaccine-equity-defeating-pandemic/)>. Acesso em: 28 set. 2021.

GROUP OF 7. Our Shared Agenda for Global Action to Build Back Better. In: CORNWALL, 11-13 June 2021a, United Kingdom. Disponível em: <[www.g7uk.org/wp-content/uploads/2021/06/Carbis-Bay-G7-Summit-Communique-PDF-430KB-25-pages-3-1.pdf](http://www.g7uk.org/wp-content/uploads/2021/06/Carbis-Bay-G7-Summit-Communique-PDF-430KB-25-pages-3-1.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2021.

GROUP OF 7. 100 Days Mission to respond to future pandemic threats. A report to the G7 by the pandemic preparedness partnership, 2021b. Acesso: <[https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/992762/100\\_Days\\_Mission\\_to\\_respond\\_to\\_future\\_pandemic\\_threats\\_\\_3\\_.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/992762/100_Days_Mission_to_respond_to_future_pandemic_threats__3_.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2021.